

A INVASÃO AUSTRALIANO-HOLANDESA DE TIMOR (1941)

1.ª Parte

A 7 de Dezembro de 1941, uma força aeronaval japonesa leva a cabo um o ataque de surpresa contra a base aeronaval americana de Pearl Harbour, nas ilhas Havai, assestando um extenso golpe no potencial de combate da marinha de guerra estadunidense. Os EUA declaram guerra ao Japão e o conflito que, até aí, fora predominantemente europeu, transforma-se no segundo conflito mundial.

Iniciada a guerra no Pacífico, o governo de Londres pergunta ao embaixador português, Armindo Monteiro, se o governo de Lisboa aceitaria que a defesa de Timor fosse feita por forças holandesas e australianas, sob comando britânico. Salazar manda responder que «por ora não considera o ataque japonês como provável e o auxílio britânico apenas pode ser aceite em caso de *ataque efectivo* e não perante *presunção ou ameaça de ataque*». O Ministro das Colónias, Vieira Machado, envia para o governador de Timor instruções nas quais refere que, em qualquer hipótese diferente da prevista, deve considerar as forças como agressoras e resistir-lhes com os elementos disponíveis.¹ Isto é, se Australianos e Holandeses não estivessem dispostos a esperar de braços caídos pelo desembarque japonês e tentassem entrar preventivamente em Timor, seriam recebidos a tiro pela guarnição portuguesa.

Tanta candura não podia ter fundamentação estratégica. Não é possível imaginar que, consultando os seus conselheiros militares, não tenham eles feito ver a Salazar que um ataque efectivo japonês a Timor teria sucesso instantâneo – pelo menos na capital e na maior parte do litoral da ilha –, o que só dificultaria uma posterior intervenção das tropas australianas e holandesas.

A 9 de Dezembro, o Encarregado de Negócios holandês em Lisboa avista-se com Teixeira de Sampaio, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros,² e pergunta se o governo português está inclinado a aceitar, no caso de ataque ao Timor português, o auxílio de tropas holandesas e australianas que se encontram concentradas em Kupang, na extremidade ocidental da parte holandesa da ilha.

Na sequência desta conversa, o embaixador português em Londres é informado do teor da mesma e é instruído no sentido de frisar junto das autoridades britânicas que, em tal hipótese, contávamos «com o auxílio da Inglaterra devido por Tratado, o qual outro qualquer não deve dispensar nem suprir».³

A posição do governo português assenta, naturalmente, na convicção de que a entrada de forças estrangeiras em Timor se deve processar no âmbito da aliança existente, a qual, apesar de todas as incertezas, dá mais garantias de retirada das mesmas, terminada a guerra, do que sendo a operação de auxílio conduzida por quem, por motivos geopolíticos, pode ter interesse em nunca mais de lá sair.

Num memorando de 11 de Dezembro, endereçado aos Chefes de Estado-Maior britânicos, o *Foreign Office* começa por referir o seguinte:

Forças holandesas estão prontas para entrar no Timor português e as autoridades locais holandesas estão ansiosas por actuar sem demora.

Depois, descrevendo as conversações em curso com o governo português, no sentido de, em nome da aliança anglo-lusa, o persuadir a aceitar, desde já, a entrada de forças australianas e holandesas na parte portuguesa de Timor, antes mesmo de um possível ataque nipónico, solicitava aos chefes militares uma opinião para o caso do governo de Lisboa recusar:

¹ NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. III, p. 363.

² Tendo Salazar acumulado as funções de Presidente do Conselho de Ministros com as de Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 6 de Novembro de 1936 e 4 de Fevereiro de 1947, ao Secretário-geral do MNE competia receber os contactos de rotina dos embaixadores acreditados em Lisboa, os quais só eram recebidos pelo titular da pasta nas situações mais delicadas.

³ MOTTA, C. Teixeira da, *O caso de Timor na II Guerra Mundial*, p. 28.

É necessário, por conseguinte, decidir se, no caso de termos de escolher, preferimos utilizar o Timor português imediatamente ou, no futuro, a utilização das ilhas portuguesas do Atlântico e a implementação da aliança. Os pontos relevantes são:

- (a) Saber se um ataque japonês ao Timor português é, de facto, provável, dadas as várias alternativas que estão à sua disposição e se um tal ataque está iminente;
- (b) Saber se é essencial para a nossa segurança no Extremo-Oriente (e particularmente para a da Austrália) negar aos Japoneses a utilização do Timor português; e
- (c) Nessa eventualidade, saber se as forças holandesas e australianas que se prevêem lá empenhar são as adequadas para tal finalidade.

Se conseguirmos cooperar com sucesso com os Portugueses no caso do Timor português, criaremos um importante precedente para a cooperação noutras partes do Império português. Se formos rudes para com os Portugueses neste assunto, podemos não só prejudicar uma cooperação futura como causar uma imediata reacção política em Lisboa, a qual seria desfavorável aos nossos interesses na Península Ibérica.⁴

As cautelas do *Foreign Office* – contrastando com a atitude mais ansiosa e agressiva do comando militar britânico no Oriente, dos Australianos e dos Holandeses, todos eles temerosos de uma acção japonesa de surpresa, semelhante à de Peral Harbour – têm tudo a ver com as negociações que já decorrem entre Londres e Lisboa acerca da utilização dos Açores para a instalação de bases aéreas e navais dos Aliados. Temem os diplomatas britânicos que qualquer passo que seja dado prejudicial à neutralidade de Portugal perante o Japão possa redundar na inviabilização de um acordo que permita a ocupação pacífica e consentida das ilhas dos Açores.

As três questões colocadas pelo *Foreign Office* resumem perfeitamente o que deveria constituir o método de análise da questão de Timor. Denotam um raciocínio lógico e, sobretudo, sente-se que foram concebidas com serenidade.

Serenidade é, no entanto, o que mais escasseia entre Holandeses e Australianos, pelo que nem sequer se apercebem da fragilidade militar do plano que pretendem implementar. Estão reunidas, por isso, diversas condições propícias a uma violação gratuita da neutralidade portuguesa e ao fracasso da missão das tropas a empenhar. Denotando já a atitude de desrespeito pela neutralidade portuguesa que haveriam de confirmar por via terrestre, passados poucos dias, aviões holandeses e australianos começam a sobrevoar Timor português.

A 12 de Dezembro, Salazar envia a Armindo Monteiro instruções claras no sentido de manter a posição portuguesa de não-aceitação de auxílio militar antes da consumação de qualquer acto hostil por parte de forças japonesas. Em Lisboa, Teixeira de Sampaio informa o embaixador britânico de que o governo português vai enviar ao governador de Timor instruções que o autorizam a solicitar auxílio militar, mas sempre sem qualquer carácter preventivo.

Nesse mesmo dia, para responder ao memorando do *Foreign Office* do dia anterior, o *Joint Planning Staff*⁵ tem uma reunião de avaliação da situação para considerar a possibilidade de um ataque japonês a Timor, tendo concluído «que, presentemente, tal não era provável, embora constituísse um natural desenvolvimento se e quando os Japoneses estendessem as suas operações a esta parte das ilhas das Índias Orientais Neerlandesas».⁶

Esta estimativa do *War Office*⁷ – muito favorável à posição portuguesa de apego à neutralidade –, devido a descoordenação dos serviços, só a 19 de Dezembro chega ao *Foreign Office*, quando tudo já se havia consumado em Timor.

De facto, alimentando a patente vontade de tudo precipitar, ao fim da tarde de 15 de Dezembro, o Ministro holandês acreditado em Londres comunica ao *Foreign Office* que haviam sido detectados

⁴ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 32.

⁵ Estado-Maior Conjunto.

⁶ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 34.

⁷ Ministério da Guerra.

submarinos japoneses ao largo de Timor, pelo que as autoridades locais, de acordo com os Australianos, tinham decidido desembarcar na parte portuguesa da ilha, na manhã de 17, com uma força combinada de 350 homens. Esse desembarque far-se-ia com ou sem a concordância das autoridades portuguesas.

Às 23 horas desse mesmo dia 15, o governador de Timor, Ferreira de Carvalho, recebe em Díli o telegrama secreto n.º 17, do Ministro das Colónias, datado de 12 de Dezembro, no qual Vieira Machado transmite as seguintes instruções:

Em consequência conversações havidas com Governo Inglês acerca auxílio a prestar defesa Timor termos tratados aliança recebeu-se daquela comunicação de que auxílio britânico será prestado por intermédio tropas holandesas australianas existentes parte holandesa essa ilha. Governo Inglês pede se enviem instruções V. Ex.^a urgentemente dada rapidez evolução acontecimentos. Deve V. Ex.^a dirigir-se maior urgência governador holandês dizer-lhe tem instruções para combinar ajuda que eventualmente deva ser dada por Governo Inglês por intermédio forças holandesas australianas para defesa nossa parte Timor caso ataque japonês se verifique contra nós. V. Ex.^a não perderá de vista seguintes pontos fundamentais: 1.º Pode encontrar desejo colaboração efectiva imediata como prevenção contra perigos ataque japonês: nossa posição é **aceitar auxílio só para caso sermos atacados nossa parte ilha por Japão** pois política Governo é manter neutralidade até ataque efectivo qualquer potência seu território soberania; 2.º Auxílio é o que nos é devido aliança inglesa e Governo Inglês nos comunica estar disposto prestar por intermédio forças australianas e holandesas sob ordens gerais alto comando britânico. Deve evitar-se toda discussão acerca ponto se Austrália está ou não ligada também obrigações aliança pois discussão sem valor prático desde que Governo Inglês é que em cumprimento tratado promete auxílio e indica forças que devem prestá-lo. Deve evitar também discussão carácter política com representante holandês como por exemplo deveres solidariedade raça branca contra amarela; 3.º Colaboração deve prever ajuda forças holandesas australianas se formos atacados mas não ajuda nossa se parte holandesa Timor for atacada antes de nós; nossa colaboração nestes termos só poderia ter lugar se por ataque à nossa parte ilha ou outro facto já não estivéssemos neutrais mas em luta contra o Japão; 4.º Deve V. Ex.^a ter presente que perda nossa neutralidade relação Japão em virtude ataque seu Timor português não envolve a nosso juízo perda neutralidade em relação Europa ou outros países em guerra; 5.º Governo Inglês declarou ficar entendido que tropas de auxílio se retirariam logo que sua presença não fosse necessária nossa parte ilha. Deve entender-se esta garantia termos convenientes pois repellido um ataque pode considerar-se vantajoso continuem forças para repelir repetição; 6.º Colaboração é puramente militar mas pode ter repercussões questões abastecimento e outras; 7.º Ligação entre duas partes ilha e meios transporte terão de ser revistos e cuidadosamente estudados como já sugeri meu 15 secreto. Conversações seria preferível efectuarem-se Díli ou outra localidade portuguesa mas caso absoluta necessidade nada impede decorram território holandês podendo V. Ex.^a deslocar-se para esse efeito. Em qualquer caso devem as mesmas ser cercadas máxima confiança discrição. Estas conversações são independentes das conversações oficial português outro local que comuniquei V. Ex.^a meu 15 secreto. – *Ministro*.⁸

Não se pode negar que as instruções transmitidas neste telegrama são coerentes com a defesa intransigente da neutralidade portuguesa. As medidas militares não tomadas a tempo e horas é que, pelo vazio defensivo criado, contrariavam esse desejo de neutralidade, o qual unicamente teria valor se assentasse num forte dispositivo militar português. Só nesta eventualidade é que Australianos e Holandeses não teriam qualquer razão para descrerem da eficácia da neutralidade portuguesa.

Acrescente-se a particularidade de o telegrama, dada a sua classificação de secreto, ter de ser decifrado pessoalmente pelo governador português, o qual só na manhã de 16 logrou ter o texto completamente pronto, após vários pedidos de correcções resultantes de erros de transmissão. Depois, não dispondo de transporte nem de sistema de cifra para comunicação telegráfica com o governador holandês, e, não se encontrando em Díli o cônsul britânico, Ferreira de Carvalho preparou-se para concretizar o contacto que lhe fora ordenado no dia seguinte, 17 de Dezembro.

⁸ CARVALHO, Manuel A. F., *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)* pp. 96-97. Sublinhado nosso.

Em Lisboa, ainda em 16 de Dezembro, o embaixador britânico, Ronald Campbell, avista-se com Teixeira de Sampaio e comunica-lhe que a avaliação de emergência que está a ser feita por Australianos e Holandeses aponta para a necessidade de o auxílio militar a Timor português se concretizar mesmo antes de o governador Ferreira de Carvalho ter tempo para formular o pedido de auxílio. Nestes termos, o auxílio teria uma feição preventiva, contrariando frontalmente as intenções repetidamente expressas pelo governo de Lisboa. Não admira, por conseguinte, que a reacção de Sampaio tenha sido de sentida indignação. No relato desse encontro, que Campbell remeteu para o *Foreign Office*, o embaixador britânico afirmaria:

O Secretário-Geral, a quem acabei de fazer a comunicação da forma mais diplomática e persuasiva possível, reagiu da forma mais desfavorável, para não dizer violenta. Seguirá imediatamente outro telegrama. Entretanto, recomendo veementemente que o desembarque não seja efectuado contra a oposição do governador português.

No telegrama seguinte, Campbell acrescenta:

O doutor Sampaio disse que a essência do acordo consistia em que o governador fosse instruído no sentido de entabular localmente conversações de modo que o auxílio que ele estava autorizado a solicitar, no caso de um ataque, pudesse disponibilizar-se nas melhores condições e com o mínimo de detença. Se as forças desembarcassem antes de qualquer ataque se materializar, Portugal tornar-se-ia imediatamente beligerante e o primeiro e não último resultado seria a tomada de Macau.

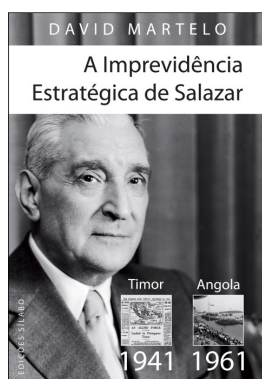
A aquiescência a um desembarque prematuro seria um golpe profundo na política até agora seguida por Portugal e invalidaria os fundamentos nos quais as conversações de Londres têm evoluído. Se o Governo Português se mantiver firme nos seus princípios no que concerne à defesa de Portugal metropolitano, dificilmente a eles renunciarão por causa de uma pequena e longínqua possessão.

Lancei mão de todos os argumentos óbvios, com a maior persistência, mas não consegui demover o Dr. Sampaio. Prometeu-me submeter imediatamente o assunto ao Dr. Salazar, o qual não tenho dúvidas de que o apoiará.

Sinto que, se persistirmos numa atitude de “entrar sem convite”,⁹ perderemos a confiança do Governo Português, com desastrosas repercussões nas conversações de Londres.¹⁰

Como seria de esperar, uma vez informado da entrevista de Sampaio com Campbell, Salazar apoiou inteiramente a atitude do Secretário-Geral, esgrimindo com presteza uma das suas armas predilectas: a razão jurídica e moral.

David Martelo – 2015



Leitura complementar

⁹ *Gate-crashing*, no original inglês.

¹⁰ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 41.